

Elogios à defesa do tombamento

Especialistas comemoram a adoção da zona de proteção que visa impedir agressões ao projeto original do Plano Piloto. Empresários temem os impactos na construção civil e no setor imobiliário do DF

» HELENA MADER

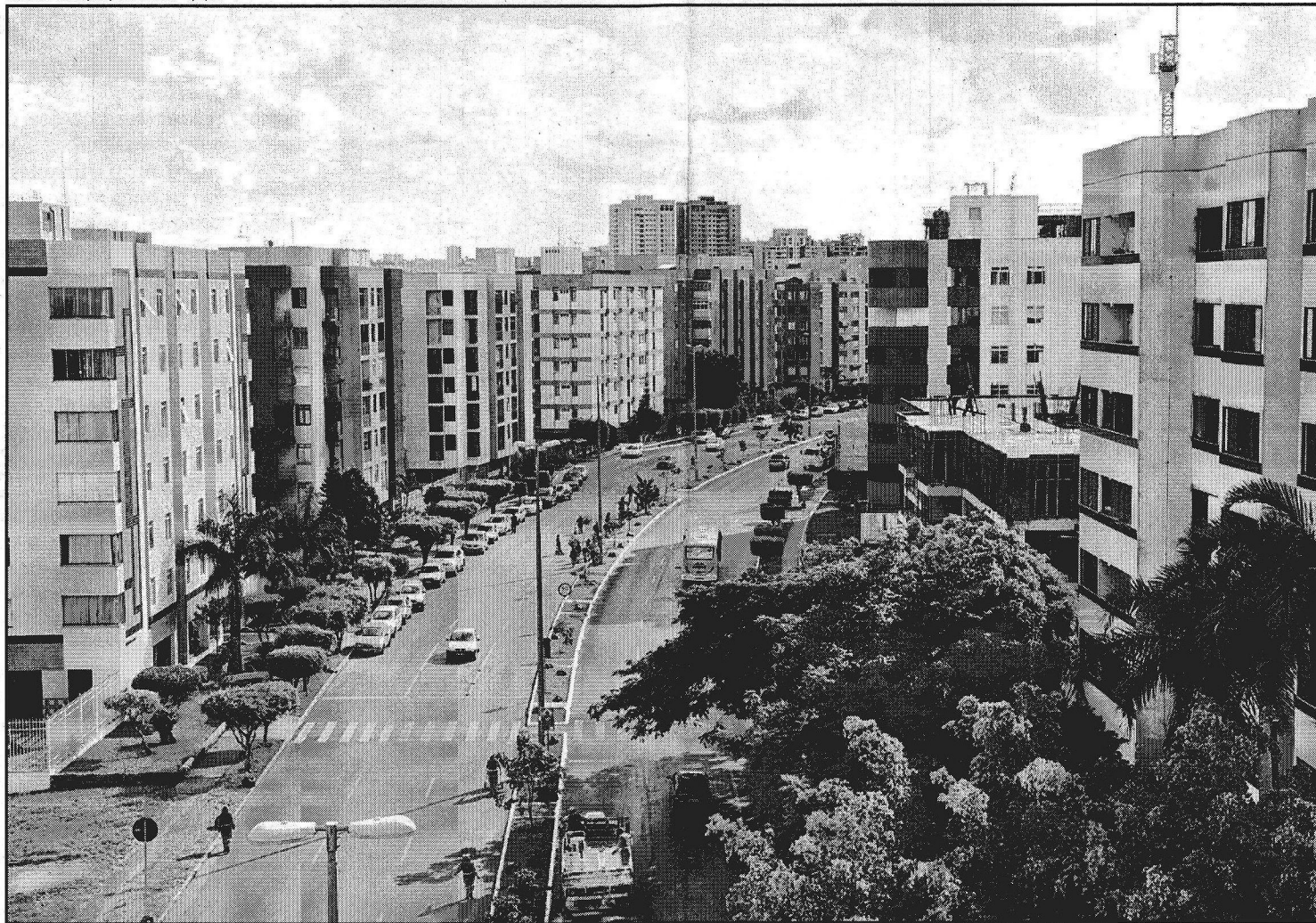
A criação de uma zona de proteção em volta da área tombada terá papel essencial na preservação das características originais do Plano Piloto de Brasília. Depois da publicação da Portaria 68 no *Diário Oficial da União* da última quarta-feira, especialistas elogiaram a medida e defenderam a adoção urgente das novas normas. Pela legislação, haverá regras para a construção de prédios em pelo menos 10 cidades vizinhas à área tombada, como Guará, Lagos Sul e Norte, Águas Claras, Núcleo Bandeirante e Riacho Fundo.

A portaria foi publicada a pouco mais de três semanas da chegada de uma missão da Unesco, que virá à cidade para verificar o estado de conservação do patrimônio de Brasília. A missão será composta de duas pessoas: um representante da Unesco e outro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) — entidade que monitora a preservação de todos os bens inscritos como patrimônio cultural da humanidade. Eles vão checar se o governo cumpriu as recomendações expedidas na última visita, realizada em 2001, mas os prognósticos não são positivos, já que a maioria não foi atendida.

Para o diretor de projetos do Icomos, Henrique Oswaldo de Andrade, a criação da zona de entorno da área tombada é uma medida importante para preservar a cidade e o projeto original criado por Lucio Costa. "A própria legislação do tombamento prevê a definição de uma área tampão, de proteção visual e até de controle de construções. Há muito tempo, a Unesco vem insistindo nisso. Agora, por conta do crescimento imobiliário, o Iphan decidiu implantar essa medida, que é muito importante", comentou o especialista.

Henrique Oswaldo lembrou ainda que a inscrição da cidade como patrimônio mundial da humanidade não foi uma imposição da Unesco, mas só foi possível graças a um pedido apresentado pelo governo brasileiro ao organismo internacional. "Quem solicita a inscrição é o país, portanto, é o estado brasileiro que tem que se comprometer a preservar o patrimônio. Com essa portaria e com a criação da área tampão, será possível proteger a cidade. As laterais da bacia do Paranoá são altas e a construção de prédios no local certamente

Carlos Moura/CB/D.A Press - 4/5/11



O Guará é uma das regiões administrativas afetadas pelas novas regras para a construção de edifícios: proteção ao projeto de Lucio Costa



É claro que a zona de proteção poderia ter sido implantada antes, mas não podemos lamentar nada, temos que comemorar a criação desse instrumento para proteger o Plano Piloto"

Paulo Henrique Paranhos,
presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil no DF

atrapalharia a paisagem", finalizou o diretor de projetos do Icomos.

O presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil no DF, Paulo Henrique Paranhos, também elogiou a criação da Portaria 68 do Iphan. Para ele, essa é uma conquista importante que precisa ser celebrada. "É claro que a zona de proteção poderia ter sido implantada antes, mas não podemos lamentar nada, temos que comemorar a criação desse instrumento para proteger o Plano Piloto", explicou o arquiteto. Segundo ele, a medida é motivo de celebração entre todos que defendem a preservação de Brasília. "Apesar do avanço rápido da especulação

imobiliária, ainda existe um grupo grande de cidadãos que defende a cidade e quer preservar a identidade cultural de Brasília", finaliza o presidente do IAB-DF.

Empresários temerosos

Arquitetos e urbanistas elogiaram a criação da zona de entorno da área tombada, mas a publicação da portaria trouxe insegurança para os empresários da construção civil e do setor imobiliário. Isso porque a nova legislação determina que alguns projetos terão que receber o aval do Iphan. Para fazer prédios de mais de 25 andares em Águas Claras, por exemplo, as empreiteiras precisarão con-

sultar o instituto. No Lago Norte, qualquer projeto com mais de 16 metros de altura também necessitará da aprovação do Iphan.

O Sindicato das Empresas de Construção Civil do DF divulgou, ontem, nota sobre o assunto. Segundo o documento, o Sinduscon "compreende a preocupação do instituto em manter o título internacional concedido pela Unesco", mas afirma não ter sido consultado sobre a elaboração da portaria. "O setor produtivo do Distrito Federal não foi sequer consultado para elaboração destes novos padrões para ocupação do solo", declarou o sindicato. Uma comissão técnica do Sinduscon vai avaliar de forma

mais minuciosa as novas regras a fim de avaliar o impacto real no setor.

Quem também está preocupado com a publicação da portaria é a comunidade dos condomínios irregulares, pois será preciso submeter todos os processos de legalização ao Iphan. A presidente da União dos Condomínios Horizontais, Júnia Bittencourt, criticou a medida. "Isso vai atrasar ainda mais os processos, especialmente em regiões como Jardim Botânico e Vicente Pires, que estão repletas de prédios com altura muito acima do permitido. Nosso temor é que isso empaque completamente a análise dos processos", afirmou Júnia.

» Opinião do internauta

Leitores comentam reportagem sobre as novas regras de ocupação do DF:

» Guilherme Bez

"Deveriam também proibir construção de quitinetes em lotes residenciais do Guará. É triste ver pessoas gananciosas inflando a cidade com projetos para ficarem ricos. Iphan, abra o olho."

» Olívio Barbosa

"Pena que tenha chegado um pouco atrasada, mas chegou."

» Márcio Pereira

"Força para o Iphan! O jogo contra a ocupação desordenada é pesado, mas tem que ser ganho. Assegurar a visibilidade do horizonte é o mínimo que temos a fazer."

» José Maria Camargo

"Estão transformando o SOF Sul em um verdadeiro bairro urbano, sem nenhum planejamento. Estão levantando diversos prédios sem critérios, comprando oficinas na surdina e o GDF nada vê, nada escuta e nada faz. Estão destruindo o Guará, que ainda é uma cidade agradável. Depois, o prejuízo fica para a população."

» Dalcly Filho

"O famigerado Iphan e seu conselho de aiatolás agora estende seus tentáculos paralisantes para as áreas fora do Plano Piloto... Isso é quase uma maldição. O tombamento engessou o crescimento e a modernização da cidade, condenada a ficar eternamente na década de 50, quando foi projetada."

» Leonardo

"O Iphan não tem competência para a edição de atos normativos como este. É inconstitucional, pois a competência é do DF. Além disso, o Iphan é um órgão burocrático da União, que não tem compromisso com a questão social da localidade, não analisa pedidos, nem manda demolir."